

## **A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM ALAGOAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ANALISANDO O DISCURSO OFICIAL DE DECRETOS GOVERNAMENTAIS**

Floriza de Abreu Feitosa<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A pesquisa que segue apresenta uma análise em torno das condições de produção do discurso sobre a Instrução Pública de Alagoas nas primeiras décadas da República com o objetivo de discutir o projeto educacional alagoano vigente no período, partindo dos seguintes questionamentos: qual era a concepção de instrução presente no período? Quais os sentidos de Instrução produzidos pelo discurso oficial? Para responder a tais questões, fizemos análise do discurso materializado em alguns decretos governamentais de Alagoas (1925, 1932) a partir de estudo acerca do projeto educacional vigente em Alagoas, durante a Primeira República, norteado pela Teoria da Análise do Discurso, filiada a Pêcheux.

Para melhor entendimento da pesquisa, o texto está dividido em três itens: no primeiro, esclarecemos alguns conceitos acerca da Teoria de Análise do Discurso a qual nos filiamos, explicando a metodologia da pesquisa e o seu *corpus*; e no segundo, fazemos a análise de algumas *sequências discursivas* (SD).

### **ESCLARECENDO CONCEITOS: CONSTITUINDO O *CORPUS***

Antes de darmos início ao que nos propomos nesta pesquisa, consideramos fundamental, primeiramente, elucidar alguns dos conceitos em torno da Teoria da Análise do Discurso (AD), a qual nos filiamos, e apresentar o *corpus* que constitui este trabalho. Sendo assim, a teoria da AD refere-se à teoria criada por Michel Pêcheux (no final da década de 1960) que prioriza o discurso como objeto de estudo

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Pedagogia (UFAL).

e não a língua. Nesta perspectiva, o discurso é entendido como uma “relação indissociável entre língua, história e ideologia” (FLORENCIO, et al, 2009, p. 21), e é no âmbito dessa relação entre língua, história e ideologia que nos propomos a analisar o discurso oficial de alguns decretos governamentais de Alagoas. Desta forma, o nosso *corpus* está constituído de algumas sequências discursivas (SD) que foram recortadas dos seguintes decretos: Decreto n.1140 de 19 de setembro de 1925; e Decreto n. 1623 de 10 de março de 1932.

A seleção das sequências discursivas que constituem o *corpus* foi realizada com base no objetivo da pesquisa, com vistas a responder aos questionamentos citados no início deste trabalho: qual era a concepção de instrução presente no período? Quais os sentidos de Instrução produzidos pelo discurso oficial? Discutiremos tais questionamentos no próximo item.

## **OS DECRETOS GOVERNAMENTAIS ALAGOANOS DA PRIMEIRA REPÚBLICA: ANALISANDO O DISCURSO OFICIAL**

Alagoas inicia o período republicano com um grande atraso, tanto em matéria de política quanto de economia. Isso acabou influenciando também a instrução pública no estado que possuía a intenção de preparar a população para uma inserção social “economicamente produtiva”. Tal intenção pode ser identificada nas sequências discursivas seguintes, que materializam o discurso oficial e apresentam o papel do Estado no âmbito da instrução, produzindo efeitos de sentido que vinculam a instrução à inserção da população na vida produtiva:

**(SD1)** O Estado, criando<sup>2</sup>, mantendo e administrando a escola pública, visará uma compensação única: preparar eficientemente, os que, passado o período escolar, devam participar da vida social, com uma função qualquer, contanto que economicamente produtiva (Decreto N.1.623, 1932, p.227) [grifo nosso].

**(SD2)** Uma vez que a escola não tem em vista apenas a imposição de noções, mas a sua exposição em grão de serem suportavelmente apreendidas e assimiladas, e se destina, sobretudo, a socializar economicamente a criança, torna-se-á indispensável transformá-la de classe passiva, nos moldes da tradicional concepção disciplinar, em oficina de trabalho metódico ou escola cooperativa. em que os alunos experimentem com alegria o êxito da sua colaboração no desenvolvimento das lições (grifo nosso, p. 226).

---

<sup>2</sup> Optamos por manter a escrita do período.

Fazendo uma análise das **SD1** e **SD2**, podemos perceber que ambas apresentam objetivos referentes à instrução bastante parecidos. Na **SD1**, percebemos que o discurso produz um sentido relacionado ao mercado de trabalho, já que, depois de *“preparado eficientemente”*, o indivíduo exercerá uma *“função qualquer”*, desde que *“economicamente produtiva”*. Entretanto, o Estado visará preparar eficientemente aos que possuem uma *“função qualquer, contanto que economicamente produtiva”*, de forma que, se a função não cumprir tal exigência, o indivíduo não será preparado tão eficientemente assim. Na **SD2**, a palavra *“economicamente”* produz sentidos referentes às necessidades do mercado de trabalho, pois é função da escola, *“sobretudo, socializar economicamente a criança”*. De acordo com a **SD2**, para realizar tal objetivo, seria necessário transformar o antigo método passivo de ensino, *“nos moldes da tradicional concepção disciplinar”*, em um novo modelo *“em que os alunos experimentem com alegria o êxito da sua colaboração no desenvolvimento das lições”*. Nesse novo modelo, designado na **SD2** de *“oficina de trabalho metódico ou escola cooperativa”*, percebemos uma interlocução com um método que fora desenvolvido no estado de São Paulo no início da República: o *método intuitivo*. Segundo Schelbauer (2005, p. 136):

Como um saber pedagógico em circulação, o método intuitivo desembarcou na realidade brasileira na bagagem de nossos intelectuais ilustrados: homens públicos, reformadores, juristas, proprietários de escolas, diretores e professores, e se constituiu num dos principais elementos da renovação educacional por eles propostos nos projetos de reforma, pareceres, conferências pedagógicas e experiências educacionais de vanguarda, vinculadas a iniciativas governamentais ou de particulares, as quais acreditavam poder modificar o cenário da nação, modificando-o através da educação.

Especificamente em Alagoas, o método intuitivo, também chamado de *“lições de coisas”*, aparece tanto de forma implícita nos decretos – estando presente no discurso da renovação dos métodos – como também de forma explícita, como é materializado no capítulo IV do Decreto N.1.140 de setembro de 1925, quando o mesmo fala das disposições dos cursos primários e complementar:

**(SD3)** Art.120º- O curso das escolas primarias comprehende as seguintes disciplinas ministradas em 3 annos: a) leitura e escripta; b) lingua materna; c) arithmetica até facções decimaes, inclusive; d) rudimentos de Geographia Geral e Chorographia; e) noções de educação moral e civica com base na Historia Patria; f) noções de hygiene e de civilidade; g) lições de coisas; h)

exercícios callisthenicos, jogos e canticos escolares (grifo nosso, p.144-145).

Como mostra a **SD3**, o método de lições de coisas aparece como uma das disciplinas do curso primário e elementar, estando presente em muitos artigos dos decretos alagoanos, defendendo um modelo de ensino centrado nos interesses dos/das estudantes, aproximando-se do discurso escolanovista presente também no início do Período Republicano, como podemos ver nas próximas sequências discursivas:

**(SD4)** Art. 68º- No Ensino Primario dever-se-ão adotar as conquistas positivas da escola nova, [...] deixando sempre ao educando a iniciativa de adquirir os conhecimentos por si, reservado ao professor o papel de guia esclarecido e metódico (Decreto N.1.623 de 10 de Março de 1932, p.227).

**(SD5)** Art.63º- Devendo o professor descer ao nível do desenvolvimento mental das crianças, as suas lições, claras, simples, persuasivas e dialogadas, hão de constituir-se num sistema diario de interesses para os alunos, buscando-se á existencia ordinaria, quanto possivel, aos temas a desenvolver e explicar, por se ter sempre em mira o aproveitamento das lições para os usos da vida pratica (Decreto N.1.623 de 10 de Março de 1932 p.226).

As SDs apresentadas acima materializam o discurso da Escola Nova (movimento de renovação do ensino, trazido para o Brasil no início da República, principalmente, por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho), bastante discutido no período, e que propôs mudanças no modo de ensino das escolas. A principal característica desse novo modelo refere-se à ênfase que o mesmo coloca no papel dos/as alunos/as, que passam a ser o centro do processo de aprendizagem, “*deixando sempre ao educando a iniciativa de adquirir os conhecimentos por si*” (**SD4**), enquanto o professor passa a ser um mediador entre os/as alunos/as e o aprendizado, por ter “*sempre em mira o aproveitamento das lições para os usos da vida prática*” (**SD5**). Segundo Lourenço Filho, (1930, p.83, apud, SOUZA, 2006, p. 148):

As technicas fundamentaes da leitura, escripta e calculo, os hábitos da hygiene ou de defesa da saúde, as normas de polidez, as noções geraes de vida doméstica e social, a compreensão dos direitos e deveres cívicos (digamos, assim, o hábito de pensar como brasileiro), tudo isso deve ser commum a todas as escolas, ao ensino de todos os mestres.

Entretanto, para realizar tais aspirações, era necessário munir as escolas de materiais pedagógicos adequados ao novo modelo, bem como capacitar os/as professores/as acostumados/das com o antigo método de ensino. Contudo, nas escolas alagoanas faltavam até os materiais mais essenciais, o que acabou por dificultar a realização dos ideais escolanovistas em nosso estado. Segundo Bastos (1939, p. 22, apud, AZEVEDO, 2001, p. 73):

A escola ideal, única, onde se aprende trabalhando, a escola que, de auditório, passou a laboratório, não foi praticada integralmente em Maceió. [...] Acontece, porém, que a reforma ideológica que aqueles professores tentaram disseminar em todo o país não logrou sucesso desejado. Em Maceió, foi pequena a sua influência.

Contudo, se a renovação pedagógica trazida pela Escola Nova não foi de fato fincada no estado de Alagoas, em muito colaborou para o desenvolvimento das questões morais e cívicas, para o “hábito de pensar como brasileiro”, despertando o sentimento patriótico nas crianças:

**(SD6)** Art.73º- A formação do sentimento cívico será feita, principalmente, por meio de explicações sumárias sobre a organização política de Alagoas e seus municípios, do Brasil, e sobre o exercício dos direitos, prerrogativas e deveres do cidadão, fazendo-se referencia aos fatos culminantes da Historia Patria, por ocasião de serem narradas, sobretudo, aqueles que recapitem o trabalho, o heroísmo e o amor da liberdade, característico da raça (Decreto N.1.623 de 10 de Março de 1932, capítulo III, grifo nosso, p. 228).

Fica claro, na SD6, um dos principais objetivos da escola no período da Primeira República: desenvolver o sentimento de pertencer a um “novo Brasil”, que deixou a Monarquia e passou a ser republicano, moderno e de economia emergente. Era preciso, pois, sentir orgulho de ser brasileiro. Como afirma Souza (2006, p. 112), “à educação popular foi atribuído o importante papel de formação do cidadão republicano, consolidação do novo regime e promoção do desenvolvimento social e econômico”. Sendo assim, como a partir da Proclamação da República, o Brasil precisava estimular a população a participar do mercado emergente e a constituir a nova “face” do país, o desenvolvimento do patriotismo, a “*formação do sentimento cívico*”, o “*amor da liberdade*”, trazido pela República, e “*característico da raça*” **(SD6)**, estava materializado no discurso dos decretos da instrução pública do

período, enquanto as questões em torno do ensino, das escolas e materiais pedagógicos, foram um pouco esquecidas.

Diante do exposto, podemos identificar que o discurso oficial dialoga com o discurso positivista, filiado ao discurso liberal presente no início da República. Como afirma Carvalho (1987, p.22, apud, Costa, 2008, p.87):

são princípios da ciência positivista comtiana presentes nos ideais da Primeira República a noção de pátria: a pátria é a mediação necessária entre a família e a humanidade, é a medida necessária para o desenvolvimento do instinto social.

Além disso, como afirma Tambara (2005, p.175, grifo da autora), “a idéia-mestra do positivismo era a da ‘liberdade de ensino e da liberdade profissional’. O pilar ideológico positivista, com relação à educação, era o do ensino livre”. Sendo assim, o discurso oficial materializado nos decretos encontra-se circunscrito à Formação Ideológica Positivista, na medida em que produz sentidos referentes à “*formação do sentimento cívico*” (**SD6**), a formação para uma função “*economicamente produtiva*” (**SD1**), através do uso do método intuitivo (semelhante à prática da observação proposta pelo método positivista). Como afirma Tambara (2005, p.177), “era a assunção da máxima positivista, tão cara aos republicanos positivistas: ‘ensine quem quiser, onde quiser, e como puder’”. E é com esse ideário que o discurso oficial se materializa nos decretos do governo de Alagoas nas primeiras décadas da República.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em torno das condições de produção do discurso sobre a instrução pública em Alagoas na Primeira República, realizado para a análise do discurso dos decretos governamentais, permitiu chegar às respostas dos questionamentos feitos no início deste trabalho, quais sejam: qual era a concepção de instrução presente no período? Quais os sentidos de Instrução produzidos pelo discurso oficial?

Como foi discutido, no início da República o país precisou moldar-se às necessidades advindas do novo regime, e, para isso, foi necessário instruir a população para que ela se inserisse na vida economicamente produtiva, contribuindo para construir o “novo” Brasil, moderno, democrático e em progresso. Desta forma, surgiram reformas educacionais em todo o país, com objetivos claros em torno da formação cívica, norteadas por métodos renovados de ensino.

Sendo assim, como pudemos ver com a análise das SD, os sentidos de Instrução produzidos pelo discurso oficial, remetem a uma concepção de instrução relacionada às necessidades do novo regime, inscritas na Formação Ideológica Positivista, deixando claro quais eram os principais objetivos da escola em Alagoas: instruir para a inserção social, enfatizando as “funções produtivas para o uso da vida prática”; instruir para o desenvolvimento da moral, dos bons costumes, do espírito cívico, do amor à pátria e à liberdade; e, por fim, instruir para a constituição de um país “novo”, civilizado e moderno. Instruir tinha, pois, antes de tudo, a concepção de formar cidadãos para o novo país republicano, cidadãos civilizados e educados para amar a pátria, adaptar-se à vida produtiva e constituir os novos rumos do Estado.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Decreto n°.1.140, de setembro de 1925. *Colleção de Leis e Decretos do estado de Alagoas*, promulgados em 1925. Volume II, Off. Grapf. Da Casa Ramalho, Maceió – 1929.

ALAGOAS. Decreto n°.1.623, de 10 de março de 1932. Decretos do Governo Provisório(1°. Semestre de 1932), *Imprensa Oficial*, Maceió, 1932.

ALAGOAS. Decreto n°.1.800, de 6 de julho de 1933. Decretos do Governo Provisório 1933. *Imprensa Oficial*, Maceió, 1933.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. *Discurso e relações de trabalho*. Maceió: EDUFAL, 2005.

AZEVEDO, João. Duas décadas de educação. In: VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.). *Caminhos da educação em Alagoas: da Colônia aos tempos atuais*. Maceió: Edições Catavento, 2001.

COSTA, A.V.F. *Imagens fotográficas de professoras: uma trajetória visual do magistério em escolas municipais do Rio de Janeiro*. 2008. 243f. Tese (Mestrado em

Educação) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, João Craveiro. *Pública e instituições culturais de Alagoas e outros ensaios*. Maceió: EDUFAL, 2001.

FLORENCIO, Ana Maria Gama.(et al). *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Maceió: EDUFAL, 2009.

SCHELBAUER, Analete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, M; BASTOS, H.C. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SOUZA, Rosa Fátima. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermeval (et al). *O legado educacional do século XX no Brasil*. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

TAMBARA, E. Educação e positivismo no Brasil. In: STEPHANOU, M. BASTOS, M. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.